

Campus Porto Velho Zona Norte
**Coordenação do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**

NEIDIANE FARIAS COSTA REIS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PNE 2026-2036: QUESTÕES
PARA O DEBATE**

PORTO VELHO/RO
2026

NEIDIANE FARIAS COSTA REIS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PNE 2026-2036: QUESTÕES
PARA O DEBATE**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de especialista, junto ao Curso Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sob a orientação do professor Alessandro de Almeida.

PORTO VELHO/RO
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Reis, Neidiane Farias Costa.
Educação Profissional e Tecnológica no PNE 2026 –2036:
questões para o debate / Neidiane Farias Costa Reis. - Porto Velho,
2026.
19 f.

Orientador(a): Prof. Alessandro de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em
Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho,
2026.

1. PNE 2026-2036. 2. educação profissional. 3. tecnológica. 4.
formação docente. 5. políticas públicas. I. Almeida, Alessandro de
(orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO. III. Título.


Bibliotecário(a) Responsável: Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

NEIDIANE FARIAS COSTA REIS


**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PNE
2026–2036: QUESTÕES PARA O DEBATE**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de especialista, junto ao Curso Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sob a orientação do professor Alessandro de Almeida.


Aprovado em: 31/03/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **MARIA IVANILSE CALDERON RIBEIRO**
Data: 30/04/2026 22:36:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Ivanilse Calderon Ribeiro
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **CICERO FELIX DA SILVA**
Data: 30/04/2026 19:54:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cícero Felix da Silva
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRO DE ALMEIDA**
Data: 30/04/2026 11:16:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alessandro de Almeida
Orientador

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PNE 2026-2036: QUESTÕES PARA O DEBATE

RESUMO: A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem papel cada vez mais estratégico no desenvolvimento educacional, social e econômico do Brasil, especialmente no contexto das políticas públicas. Este estudo tem como objetivo analisar a inserção da EPT no Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036, destacando suas diretrizes, avanços e também as contradições presentes. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, fundamentada na análise crítica de documentos legais, normativos e dados do monitoramento do PNE anterior (2014-2024), disponíveis na plataforma do INEP. Os resultados indicam que há um esforço de ampliação da oferta e de integração da EPT ao ensino médio, o que representa um avanço importante no acesso à educação profissional. No entanto, também evidencia que persistem desafios estruturais, como as desigualdades regionais, as limitações de financiamento e as fragilidades na formação e valorização docente. Há uma tensão entre a proposta de formação integral e uma orientação ainda muito presente voltada às demandas do mercado de trabalho, o que acaba gerando algumas contradições na própria concepção da EPT. Dessa forma, conclui-se que a efetividade do PNE 2026-2036 não depende apenas da definição de metas, mas de uma implementação mais consistente e articulada, que considere as condições reais do sistema educacional brasileiro. A EPT se configura como um espaço importante de formação, mas que ainda precisa avançar para se consolidar, de fato, como uma política pública capaz de promover inclusão, criticidade e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: PNE 2026-2036; Educação Profissional; Tecnológica; Formação Docente; Políticas Públicas.

PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN THE PNE 2026-2036: ISSUES FOR DEBATE

ABSTRACT: Professional and Technological Education (EPT) has increasingly assumed a strategic role in Brazil's educational, social, and economic development, especially within public policies. This study analyzes the inclusion of EPT in the National Education Plan (PNE) 2026-2036, highlighting its guidelines, advances, and the contradictions inherent. The research is qualitative, with a bibliographic and documentary approach, based on a critical analysis of legal and normative documents and data from monitoring the previous PNE (2014-2024) provided by INEP. The results indicate efforts to expand access and integrate EPT with secondary education, representing significant progress. However, structural challenges persist, such as regional inequalities, limited funding, and weaknesses in teacher training and professional valuation. Moreover, there is tension between the goal of comprehensive, transformative education and a strong orientation toward labor market demands, generating contradictions in the conception of EPT. In conclusion, the effectiveness of PNE 2026-2036 depends not only on setting ambitious targets but on coherent and contextualized implementation that considers the real conditions of the Brazilian educational system. EPT emerges as an important space for learning, yet it still needs to advance to become a truly public policy capable of promoting inclusion, critical thinking, and social transformation.

KEYWORDS: PNE 2026-2036; Professional Education; Technological Education; Teacher Training; Public Policies

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel estratégico na vida de milhões de brasileiros, ao conectar a escola ao mundo do trabalho e contribuir diretamente para o desenvolvimento social e econômico de um país tão desigual como o Brasil. Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036 representa um instrumento fundamental de planejamento educacional, ao estabelecer diretrizes, metas e estratégias que orientam a política educacional brasileira para a próxima década.

Historicamente, a EPT no Brasil tem sido marcada por tensões e disputas. De um lado, observa-se a pressão por uma formação rápida, voltada às demandas imediatas do mercado de trabalho e de outro, destaca-se a urgência de uma formação integral, que promova o desenvolvimento crítico e social dos sujeitos. Conforme aponta Freire (1996), a educação precisa ser entendida como uma prática que promove a emancipação, incentivando a autonomia dos indivíduos e a transformação social, e não se limitar apenas à preparação técnica para o trabalho.

O PNE 2026-2036, influenciado pelos debates da Conferência Nacional de Educação 2024, busca justamente equilibrar essas perspectivas, promovendo o acesso, a qualidade e a integração da EPT com as demais etapas da educação básica e superior. Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam crescimento nas matrículas da educação profissional nos últimos anos, evidenciando a expansão da modalidade, mas também revelando desigualdades regionais e desafios relacionados à permanência e à qualidade da oferta. Porém, houve queda nas matrículas no ensino médio, conforme o censo de 2025.

Nesse cenário, este estudo propõe analisar o papel da EPT no PNE 2026-2036, destacando não apenas suas metas e diretrizes, mas também os desafios enfrentados em sua implementação, como a formação e valorização docente, a infraestrutura educacional e a redução das desigualdades regionais. Mais do que apresentar dados quantitativos, busca-se compreender como essas políticas impactam concretamente a vida de estudantes e professores, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, justa e socialmente referenciada.

A autora atuou como coordenadora de meta do Plano Municipal de Educação do município de Porto Velho, no período de 2017 a 2022, participando ativamente

das discussões relacionadas à implementação e ao monitoramento das diretrizes do PNE vigente à época. Tal experiência contribuiu para o desenvolvimento de uma compreensão crítica acerca das potencialidades e limitações das políticas públicas educacionais no contexto local e regional.

Posteriormente, na condição de discente de pós-graduação, surgiu o interesse em aprofundar os estudos nessa área, com ênfase na EPT, buscando analisar suas especificidades, contribuições e desafios no âmbito das políticas educacionais contemporâneas.

Diante desse contexto, a presente pesquisa é guiada pela seguinte questão norteadora: “De que maneira o PNE 2026-2036 incorpora a EPT em suas diretrizes e metas, e quais são os principais desafios para sua efetiva implementação no contexto educacional brasileiro?”

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, tendo como base a orientação sistemática proposta por Gil (2019), que compreende a pesquisa social como um processo organizado, composto por etapas que envolvem a definição do problema, revisão da literatura, coleta e análise dos dados.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foram analisados documentos legais e normativos relacionados à EPT, com destaque para a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Decreto nº 6.302/2007, que estabelece o Programa Brasil Profissionalizado, bem como o PNE anterior (Lei nº 13.005/2014) e o Projeto de Lei nº 2.614/2024, que propõe o novo PNE para o decênio 2026-2036.

Além disso, foram utilizados dados secundários provenientes do Painel de Monitoramento do PNE, disponibilizado pelo INEP, permitindo a análise de indicadores relacionados à expansão da EPT no período de 2014 a 2024. Esses dados contribuíram para a construção de uma análise comparativa entre o plano anterior e as diretrizes propostas para o novo PNE.

No campo teórico, a pesquisa fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos da educação e da EPT, abordando temas como formação docente,

identidade profissional e políticas públicas educacionais, como por exemplo: Ciavatta (2005), Freire (1996), Frigotto (2010), Nóvoa (1992 e 2019), Oliveira e Tavares (2025), Tardif (2002), e outros.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), que se desenvolve em três etapas: pré-análise, com a organização e leitura flutuante dos documentos; exploração do material, com a codificação e categorização dos dados; e tratamento e interpretação dos resultados, permitindo a identificação de sentidos, padrões e relações.

A partir desse procedimento, os dados foram organizados em três categorias analíticas:

- Diretrizes e metas do PNE 2026-2036 para a EPT;
- Formação e identidade docente na EPT;
- Desafios e possibilidades na implementação das políticas públicas educacionais.

Dessa forma, a metodologia articula a orientação sistemática de Gil (2019) com a análise de conteúdo de Bardin (2011), garantindo rigor teórico-metodológico, coerência analítica e aprofundamento crítico na compreensão da EPT no contexto do PNE 2026-2036.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados, orientada pelas categorias construídas a partir da metodologia, evidencia que a EPT ocupa lugar central no PNE 2026-2036, sendo compreendida como estratégia de desenvolvimento educacional e socioeconômico. Contudo, essa centralidade se constitui em meio a contradições históricas e estruturais que atravessam a educação brasileira.

3.1. Diretrizes e metas do PNE 2026-2036 para a EPT

Os dados indicam que o PNE 2026-2036 reforça a expansão da EPT, sobretudo por meio da ampliação de matrículas e da integração com o ensino médio. A Meta 11 do Projeto de Lei nº 2.614/2024 expressa esse movimento ao priorizar o acesso, a permanência e a conclusão na educação profissional.

Entretanto, à luz das contribuições de Frigotto (2010), é possível problematizar que, possivelmente, essa expansão ocorre sob a lógica da adequação da educação às demandas do capital, reforçando uma perspectiva instrumental da formação para o trabalho. Nesse sentido, a EPT tende a ser orientada pela lógica da empregabilidade, o que pode reduzir seu potencial formativo crítico (Freire, 1996).

Saviani (2008) argumenta que, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, como a brasileira, a educação não se constitui como um campo neutro, estando intrinsecamente vinculada a relações de poder e disputas sociais. Nesse sentido, embora as diretrizes do PNE representem avanços no que se refere à ampliação do acesso à escolarização, elas não implicam, necessariamente, a superação da histórica dualidade educacional.

Essa dualidade se expressa na separação entre formação geral e formação profissional, frequentemente direcionando esta última às camadas populares. Desse modo, observa-se a reprodução de desigualdades sociais por meio do sistema educacional, contribuindo para a manutenção de trajetórias distintas conforme a origem social dos sujeitos.

As estratégias de integração com o ensino médio e de articulação com o mundo do trabalho revelam, uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que ampliam oportunidades, podem também reforçar a adaptação da educação às necessidades produtivas, sem questionar as estruturas que geram essa desigualdade vivenciada na prática no Brasil.

Analisando as informações do PNE anterior temos a Meta 11 que objetiva "Triplicar as matrículas da EPT de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público".

Na análise dos dados do PNE anterior (2014-2024), disponíveis no Painel de Monitoramento do INEP, pode-se compreender avanços e limitações na implementação das metas da EPT. Os resultados do Indicador 11A, que mede o número absoluto de matrículas na EPT de nível médio, evidenciam que a meta de 4.808.838 matrículas prevista pelo PNE não foi alcançada, com aproximadamente 2.389.454 matrículas em 2024.

Esse descompasso entre planejamento e execução das políticas públicas deve ser analisado considerando fatores estruturais e conjunturais. Primeiramente,

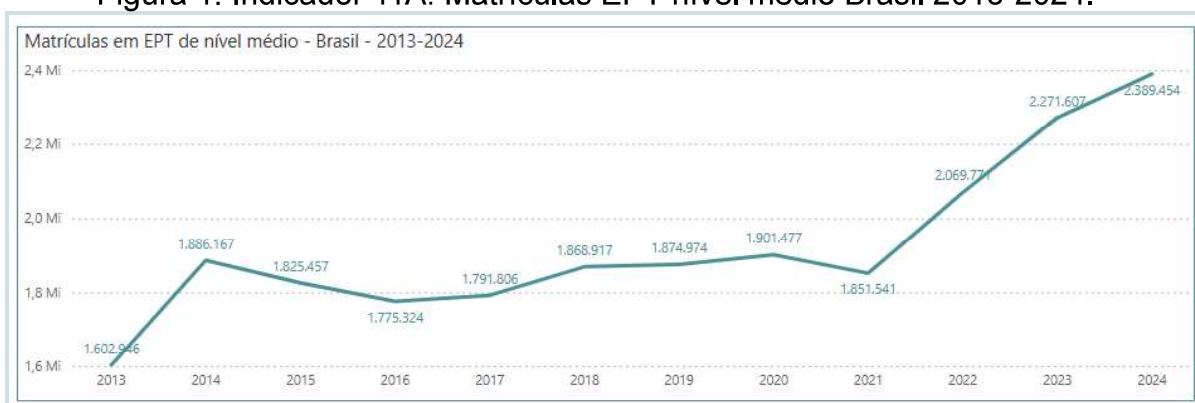
os efeitos da COVID-19 impactaram diretamente o sistema educacional brasileiro, causando interrupções das atividades presenciais, dificuldades de acesso ao ensino remoto, evasão escolar e redução da matrícula em cursos técnicos, que exigem atividades práticas de difícil adaptação ao formato remoto (INEP, 2021; BRASIL, 2020).

Paralelamente, a crise econômica brasileira entre 2016 e 2019, marcada por retração do PIB, aumento do desemprego e restrições orçamentárias, reduziu os investimentos públicos em educação, afetando a expansão da rede pública e a manutenção de políticas voltadas à educação profissional (IBGE, 2020; IPEA, 2019). Esses fatores conjunturais se somam a desafios estruturais historicamente presentes no sistema educacional, como a dualidade entre formação geral e profissional e a desigualdade no acesso entre redes públicas e privadas (FRIGOTTO, 2009; KUENZER, 1997; LIBÂNEO, 2012).

Assim, a não consecução da meta do PNE indica que a expansão quantitativa por si só não é suficiente: é necessário fortalecer a rede pública federal, promover políticas de permanência e recomposição de aprendizagem e integrar ações educacionais às estratégias de desenvolvimento econômico e social, conforme destacado por Saviani (2008).

O novo PNE, por meio da Meta 12, enfatiza a qualidade da EPT, reconhecendo que o acesso deve estar associado à equidade e à eficácia do sistema educacional brasileiro, especialmente diante dos impactos combinados da pandemia e da crise econômica recente.

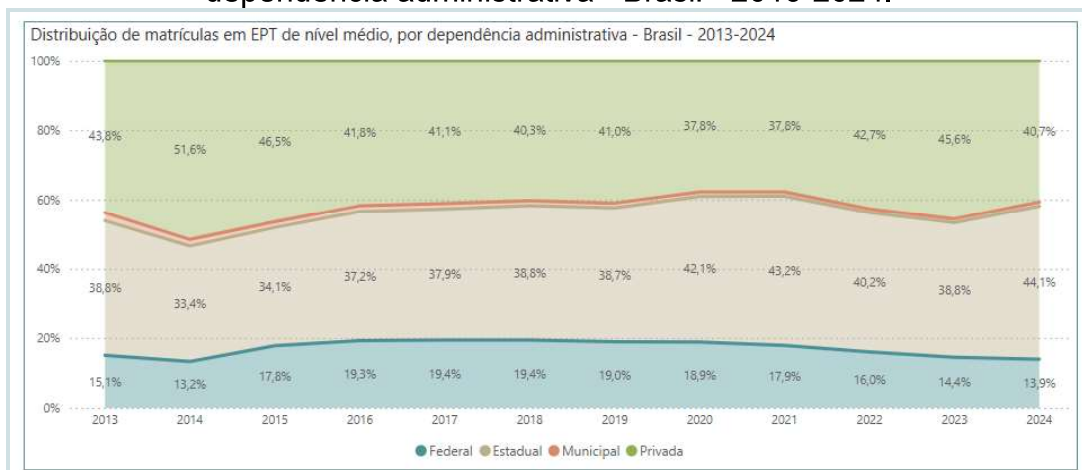
Figura 1. Indicador 11A: Matrículas EPT nível médio Brasil 2013-2024.



Fonte: Plataforma Painel de Monitoramento do PNE disponível no portal oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2026.

No que se refere à distribuição das matrículas por dependência administrativa (Figura 2), verifica-se predominância das redes estadual (44%) e privada (40,7%), enquanto a rede federal responde por 13,9% do total. Embora a ampliação do acesso represente um avanço importante, a concentração das matrículas em redes que, historicamente, apresentam maiores desigualdades estruturais pode limitar a efetividade das políticas educacionais. Ademais, conforme destaca Libâneo (2012), a coexistência de sistemas educacionais com padrões diferenciados de qualidade reforça a segmentação entre classes sociais. Assim, a baixa participação da rede federal que é reconhecida por sua qualidade na formação, especialmente na EPT, pode indicar a necessidade de fortalecimento dessa esfera, de modo a ampliar oportunidades educacionais mais equitativas e reduzir as assimetrias ainda presentes no sistema educacional brasileiro.

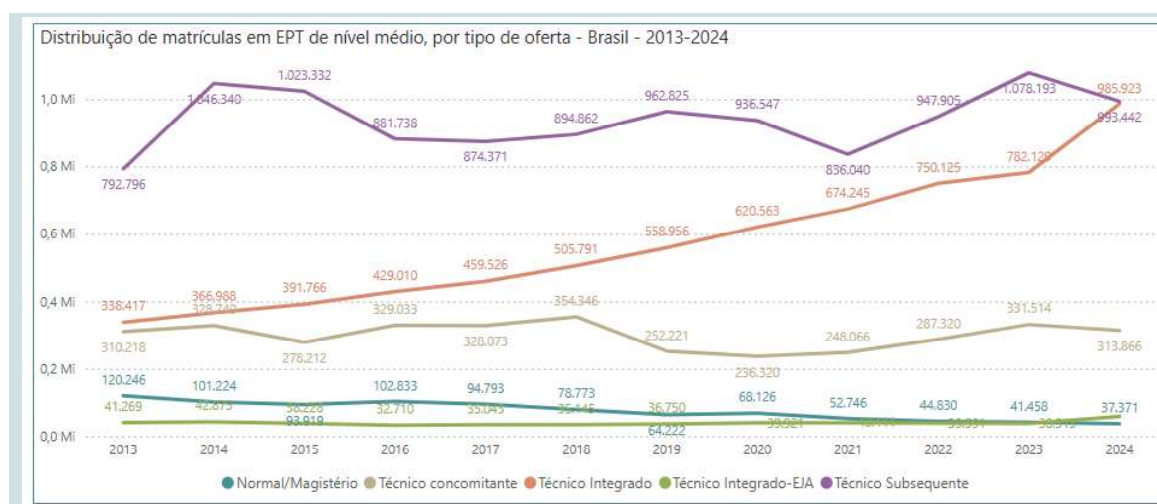
Figura 2. Indicador 11A: Distribuição de matrículas em EPT de nível médio, por dependência administrativa - Brasil - 2013-2024.



Fonte: Plataforma Painel de Monitoramento do PNE disponível no portal oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2026.

Quanto às formas de oferta, destaca-se a predominância dos cursos técnicos subsequentes e integrados ao ensino médio, o que reforça a importância da articulação entre formação geral e profissional (Conforme Figura 3).

Figura 3. Indicador 11A: Distribuição de matrículas em EPT de nível médio, por tipo de oferta - Brasil - 2013-2024.



Fonte: Plataforma PAINEL de Monitoramento do PNE disponível no portal oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2026.

Esses resultados revelam que, apesar dos progressos alcançados, persistem desafios significativos na consolidação da EPT como política pública efetiva. A análise evidencia que há uma continuidade nas diretrizes entre o PNE anterior e o PNE 2026-2036 (Projeto de Lei nº 2.614, de 2024), especialmente no que se refere à expansão, inclusão e qualidade da oferta. Contudo, também aponta para a necessidade de superar entraves históricos relacionados ao financiamento, à desigualdade regional e à valorização docente.

3.2. Formação e identidade docente na EPT

A formação docente na EPT emerge como um campo de tensões e contradições. Conforme apontam Costa (2023) e Marins (2024), a identidade profissional dos docentes é construída de forma dinâmica, marcada pela articulação entre saberes técnicos e pedagógicos.

As reflexões de autores de referência como Nóvoa (1992; 2019) e Tardif (2002) reforçam que a docência é uma profissão complexa, constituída por múltiplos saberes. No entanto, no contexto da EPT, essa complexidade é intensificada pela

exigência de articulação entre formação técnica, prática profissional e dimensão pedagógica.

Sob a perspectiva de Freire (1996), a educação deve assumir um caráter emancipatório. Contudo, a realidade evidencia um descompasso entre esse ideal e as condições concretas de trabalho docente. Os professores da EPT enfrentam precarização, múltiplas demandas e, muitas vezes, ausência de políticas consistentes de formação continuada.

Nesse sentido, conforme problematiza Ciavatta (2005), a formação na EPT deveria estar orientada para uma perspectiva de formação integral, que articule trabalho, ciência e cultura. No entanto, o que se observa, em muitos casos, é a predominância de uma formação fragmentada, voltada para competências específicas e imediatas.

Assim, a identidade docente na EPT se constitui em um cenário de tensão entre diferentes projetos de educação: um voltado à emancipação e outro à adaptação ao mercado.

3.3. Desafios e contradições na implementação das políticas públicas

A análise dos dados do PNE anterior (2014-2024), a partir dos indicadores do INEP, evidencia limites importantes na efetivação das políticas de EPT. O não alcance da meta de matrículas (Indicador 11A) demonstra um distanciamento entre o planejamento e a execução das políticas públicas.

Além disso, a predominância das redes estadual e privada na oferta da EPT revela uma desigualdade estrutural na distribuição das oportunidades educacionais, o que reforça a necessidade de fortalecimento da rede pública federal.

Os dados também evidenciam o caráter inclusivo da EPT, especialmente no acesso de mulheres e estudantes negros e pardos. Contudo, como aponta Frigotto (2010), a inclusão no sistema educacional, quando não acompanhada de condições estruturais adequadas, pode resultar em processos de inclusão precária, marcados por evasão e baixa qualidade formativa.

Outro ponto crítico refere-se ao financiamento. A efetivação das metas do PNE depende de investimentos contínuos, o que se torna um desafio em contextos

de restrição orçamentária e políticas de austeridade. Nesse cenário, a expansão da EPT pode ocorrer de forma desigual e fragmentada.

Nada obstante, a ênfase em metas quantitativas pode reforçar uma lógica gerencial, alinhada a princípios de eficiência e produtividade, característica de políticas educacionais influenciadas por orientações neoliberais. Isso pode reduzir a educação a indicadores e resultados mensuráveis, desconsiderando sua dimensão formativa mais ampla.

A análise evidencia que a EPT no PNE 2026-2036 se configura como um campo estratégico, porém atravessado por contradições estruturais. De um lado, há avanços importantes, como a ampliação do acesso, a inclusão social e a integração com o ensino médio. De outro, persistem desafios relacionados à qualidade da formação, à valorização docente, ao financiamento e às desigualdades regionais.

Essas contradições revelam que a EPT é um espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade e de educação. Como aponta Saviani (2008) e ainda o autor Frigotto (2010), a educação não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte das relações sociais mais amplas.

Dessa forma, o sucesso do PNE 2026-2036 não depende apenas da definição de metas, mas da capacidade de enfrentar as desigualdades estruturais e de afirmar uma concepção de educação comprometida com a formação integral, crítica e emancipatória dos sujeitos.

A análise da qualidade da EPT nos PNEs evidencia avanços e desafios ao longo do tempo. No PNE 2014-2024, a prioridade estava na expansão da EPT de nível médio, com preocupação parcial com a qualidade e a inclusão social. Os indicadores de qualidade eram limitados, focando principalmente no número de matrículas, tipo de curso (integrado ou subsequente), permanência e distribuição entre redes de ensino.

A formação docente recebia atenção inicial, mas de forma restrita, com ênfase maior na oferta e expansão do que na valorização profissional. A integração com o mundo do trabalho era realizada de forma parcial, concentrando-se na qualificação técnica, e as metas de inclusão social buscavam reduzir desigualdades regionais e sociais de forma genérica. A infraestrutura era reconhecida como desafio, porém sem diretrizes detalhadas para sua melhoria. De maneira geral, o plano tinha um enfoque quantitativo, buscando ampliar vagas e cobertura da EPT.

Por outro lado, o PNE 2026-2036 apresenta uma abordagem mais ampla, articulando quantidade e qualidade. O plano estabelece como prioridade garantir acesso, permanência e conclusão dos estudantes na EPT, com atenção especial à redução de desigualdades regionais e sociais. Os indicadores de qualidade foram ampliados, considerando não apenas matrículas e permanência, mas também conclusão, perfil social dos estudantes e articulação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o ensino médio integrado.

A valorização docente e a formação continuada se consolidam como prioridade, reconhecendo a necessidade de competências técnicas, pedagógicas e sociais para enfrentar os desafios contemporâneos. A integração da EPT com o mundo do trabalho é mais estratégica, alinhando a formação às demandas tecnológicas, profissionais e sociais do mercado. Além disso, a infraestrutura das instituições passa a ser uma questão explícita, essencial para garantir qualidade e permanência dos estudantes. O foco geral do PNE 2026-2036 é, portanto, mais qualitativo e integral, buscando transformar a EPT em espaço de formação completa, emancipatória e socialmente relevante, além de ampliar a oferta.

A EPT no PNE 2014-2024 aparece principalmente nas metas 10 e 11, com foco na integração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à formação profissional, estabelecendo que pelo menos 25% das matrículas fossem nessa modalidade integrada, segundo discutido no artigo de Afonso & Gonzalez (2015). No entanto, o novo PNE 2026–2036 apresenta uma organização mais ampla, deixando de trabalhar apenas com metas isoladas e passando a estruturar a educação em objetivos e estratégias mais abrangentes, que incluem a educação profissional como parte de um conjunto maior de políticas voltadas ao acesso, qualidade e equidade no ensino (BRASIL, 2024). Além disso, o novo plano amplia o número de metas e estratégias e reforça a necessidade de articulação entre diferentes níveis e modalidades de ensino, indicando uma tentativa de superar limitações do plano anterior (AFONSO & GONZALEZ, 2015).

Em síntese, observa-se uma evolução significativa entre os dois planos: enquanto o PNE 2014-2024 priorizava a expansão quantitativa, o PNE 2026-2036 busca equilibrar acesso e qualidade, destacando a formação docente, inclusão social, integração com o trabalho e infraestrutura adequada, consolidando a EPT

como instrumento estratégico para o desenvolvimento educacional, social e econômico do país.

Assim, os dados analisados nesta pesquisa reforçam que o sucesso do PNE 2026-2036 dependerá não apenas da definição dessas metas, mas da capacidade de implementá-las de maneira articulada, equitativa e sustentável, garantindo que a EPT cumpra seu papel na formação integral dos estudantes e na redução das desigualdades educacionais e sociais no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da EPT no âmbito do PNE 2026-2036 evidencia que, apesar dos avanços notórios em seu reconhecimento como peça-chave para o progresso do país, ainda subsistem problemas que dificultam sua plena realização. A transição do plano anterior para o atual demonstra que o simples aumento do acesso é insuficiente para assegurar a formação crítica e libertadora almejada, a qual se vê, muitas vezes, limitada por uma visão pragmática focada estritamente nas necessidades urgentes do mercado.

Uma das maiores preocupações reside na valorização e no reconhecimento docente. A complexidade do trabalho na EPT, requer o domínio técnico, pedagógico e social, entretanto não tem recebido o suporte necessário de políticas sólidas de formação contínua e condições de trabalho adequadas. Esse cenário de sobrecarga e insegurança compromete a qualidade do ensino e a construção de um projeto educativo integral.

Ademais, os dados referentes ao decênio 2014-2024 revelam um distanciamento preocupante entre o planejamento e a execução. O não cumprimento das metas de expansão e as dificuldades constantes de financiamento indicam que objetivos ambiciosos carecem de apoio real para serem alcançados. Tal problemática é agravada pela queda no número de matrículas no ensino médio, conforme apontado pelo Censo de 2025, o que reforça a necessidade de o novo PNE concentrar-se não apenas na criação de vagas, mas em políticas eficazes de permanência e na garantia da equidade regional.

Assim, a EPT firma-se como um campo de tensão entre a proposta de uma formação humana integral e a pressão por resultados econômicos. Conclui-se que o sucesso do PNE 2026-2036 depende da superação de barreiras estruturais e da

garantia de que a inclusão escolar venha acompanhada de uma qualidade socialmente referenciada.

Em resumo, os desafios para o alcance das metas educacionais no Brasil não são meramente técnicos, mas sobretudo políticos. Refletir sobre a EPT exige questionar o financiamento público, as prioridades governamentais e o projeto de sociedade em construção, de modo a garantir que a educação técnica atue, efetivamente, como uma ferramenta de transformação social e redução das desigualdades.

5 REFERÊNCIAS

AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. **Educação profissional e tecnológica no PNE 2014–2024: questões para o debate**. EccoS Revista Científica, São Paulo, n. 36, p. 67-83, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71541061005.pdf> Acesso em: 9 de março de 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Brasil Profissionalizado**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm . Acesso em: 18 janeiro 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025 - **Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), articulada com o Plano Nacional de Educação, com diretrizes, princípios e objetivos que reforçam a formação integral, equidade e inclusão dentro da EPT**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12603.htm Acesso em: 20 de fevereiro de 2026.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm . Acesso em: 18 fevereiro de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/version/312> Acesso em: 08 agosto 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.614, de 2024. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026-2036**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

Clavatta, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 243-258, 2005.

Costa, F. R. A. **O processo de constituição da identidade profissional de docentes da EPT.** Vitória: UFES, 2023.

Fioratti, N. A.; Justina, L. A. D.; Strieder, D. M. **Reflexões teóricas para uma genealogia foucaultiana da identidade docente.** RBECT: Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, [s. l.], 2024.

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Frigotto, G. **A produtividade da escola improdutiva.** São Paulo: Cortez, 2010.

Frigotto, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/59644>
Acesso em: 08 janeiro de 2026.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de volume e valores correntes - 1º trimestre de 2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2020/pib-vol-val_202001caderno.pdf
. Acesso em: 08 fevereiro de 2026.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Brasil, 2021.** Brasília: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/educacao_profissional_tecnica_de_nivel_medio_no_censo_escolar.pdf
df Acesso em: 08 março de 2026.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep> . Acesso em: 28 fevereiro de 2026.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de Conjuntura: boletim trimestral de cenário econômico e conjuntural, 2019.** Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17447> Acesso em: 08 de fevereiro de 2026.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. Disponível em:
<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1886> Acesso em: 08 de março de 2026.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em:
<https://dokumen.pub/educacao-escolar-politicas-estrutura-e-organizacao-10-revista-e-ampliadanbsped.html> Acesso em: 08 de março de 2026.

MARINS, D. R. S. **A identidade docente na EPT: um processo “em formação”**. Sertão Pernambucano: IF Sertão-PE, 2024.

NEVES, J. R. N. de O. **Ensinar aprendendo e aprender ensinando: os desafios dos professores no ensino em educação profissional e tecnológica. 2020**. Disponível em:
https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFBA2_6db024566b5684759e812cd1f7715f70. Acesso em: 20 fev. 2026.

NÓVOA, António (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33. Disponível em:
<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/4758>. Acesso em: 24 ago. 2025.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

OLIVEIRA, L. C. de; TAVARES, A. M. B. do N. **Educação Profissional e Tecnológica no Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036) e as concepções de aprendizagem na Conferência Nacional de Educação 2024**. VIII Colóquio Nacional e V Internacional — A produção do conhecimento em educação profissional: PNE (2026-2036), 16 nov. 2025. Disponível em:
[https://www.even3.com.br/anais/coloquio-nacional-internacional-producao-conhecimento-educacao-profissional/1297492-educacao-profissional-e-tecnologica-no-plano-nacional-de-educacao-\(pne-2026-2036\)-e-as-concepcoes-de-aprendizagem/](https://www.even3.com.br/anais/coloquio-nacional-internacional-producao-conhecimento-educacao-profissional/1297492-educacao-profissional-e-tecnologica-no-plano-nacional-de-educacao-(pne-2026-2036)-e-as-concepcoes-de-aprendizagem/) Acesso em: 21 fevereiro de 2026.

RIBEIRO, G. R. **Inteligência artificial aplicada à prática docente na educação profissional e tecnológica**. 2021. Disponível em:
https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/CEFETMG_a4ae6598befdcae7bd2a6e105c2d615b . Acesso em: 21 janeiro de 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em:

https://kupdf.net/download/escola-e-democracia-edi-ccedil-atilde-o-comemorativa-sa-viani_5b091350e2b6f55f7756b2d3_pdf Acesso em: 08 de março de 2026.

SILVA, P. E. da. **Reflexões sobre a identidade do professor na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas**. Cabedelo: IFPB, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/4068>. Acesso em: 19 janeiro de 2025.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.